



OFÍCIO CONTABILIDADE. Nº 018/2024

BARRINHA 09 DE SETEMBRO DE 2024

EXMO. SR. LINCOLN PETRUS DE CASTRO

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

BARRINHA - SP

REGIME: URGENCIA ESPECIAL

Senhor Presidente:

Encaminho a essa Egrégia Edilidade, para a devida apreciação dos Senhores Vereadores, o incluso Projeto de Lei que dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar e autoriza a contadoria municipal a proceder à devida adequação na Lei que aprovou o Plano Plurianual do Município para o quadriênio 2022/2025 e na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício corrente (2024), com ênfase para alterações de projetos e metas financeiras nas atividades para abertura de créditos adicionais especiais no orçamento vigente.

Salientamos, por oportuno, que a presente proposição guarda plena harmonia com o que estatui as normas do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

De outra parte, promovemos alteração na Lei Orçamentária Anual, especificamente no que concerne a possibilidade de suplementação do orçamento através de Decreto do Executivo.

Tratando-se, pois, de proposição que se reveste de urgência, solicitamos que sua tramitação se faça em Regime de **urgência especial**, nos termos da Lei Orgânica Municipal.

Renovamos a Vossa Excelência e ilustres pares os nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.


JOSE MARCOS MARTINS

Prefeito Municipal

PROTOCOLO

Barrinha

09/09/2024

Assinatura



PROJETO DE LEI Nº. 36 /2024.

Dispõe sobre a abertura de Créditos Adicionais Suplementares/Especiais e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BARRINHA, do Estado de São Paulo, **JOSÉ MARCOS MARTINS**, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, etc.;

Faz saber que a **CÂMARA MUNICIPAL DE BARRINHA** aprovou e ele sanciona, promulga e publica a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder **Executivo Municipal** autorizado a abrir, na Contadoria Municipal, créditos adicionais suplementares/especiais até valor de **R\$ 7.525.000,00** (sete milhões, quinhentos e vinte e cinco mil reais), destinados à reforço de dotação no orçamento vigente (LOA 2024 – Lei nº 2.864 de (15/12/2023), classificadas e codificadas sob números:

| Codificação | Categoria Econômica | Ficha | Valor R\$ | Objeto | Período |
|----------------------------|---------------------|---------------------------------|--------------|---|-------------------|
| 02.05.01.10.301.0027.1.122 | 4.4.90.52.00 | Nova FR-02 CA 801.0008 | 1.000.000,00 | Eq. Mat Permanente FMS | Exercício 2024 |
| 02.05.01.10.301.0027.2.030 | 4.4.90.52.00 | Nova FR-02 CA 801.0009 | 400.000,00 | Eq. Mat Permanente FMS | Exercício 2024 |
| 02.05.01.10.301.0027.2.030 | 3.3.90.30.00 | Nova FR-02 CA 801.0010 | 100.000,00 | M. Consumo FMS | Exercício 2024 |
| 02.05.01.10.301.0027.2.030 | 4.4.90.52.00 | Nova FR-02 CA 801.0011 | 2.000.000,00 | Eq. Mat. Permanente F M S | Exercício 2024 |
| 02.07.01.15.452.0019.1.123 | 4.4.90.51.00 | Nova FR-05 CA 800.0016 | 3.600.000,00 | Obras e Instalações S/Municipais | Exercício 2024 |
| 02.02.01.28.843.000.0.003 | 4.6.90.71.00 | 71 | 425.000,00 | Princ. Da Div. Contratual Resgatada Adm Geral | Exercício 2024 |

| | |
|---|-------------------------|
| Valor Total do Créditos Adicionais | R\$ 7.525.000,00 |
|---|-------------------------|



Parágrafo único - O valor presente crédito será coberto com recursos provenientes de:

I -) EXCESSO DE ARRECADAÇÃO a se verificar no presente exercício nos termos do artigo 3º, § 1º inciso II da Lei 4.320/64 no valor de até **R\$ 1.000.000,00** (um milhão de reais), proveniente de recurso estadual – E.P. 2024.2.93.531-52 para Aquisição de veículos – Dep. Adilson Barroso;

II -) EXCESSO DE ARRECADAÇÃO a se verificar no presente exercício nos termos do artigo 3º, § 1º inciso II da Lei 4.320/64 no valor de até **R\$ 400.000,00** (quatrocentos mil reais), provenientes do recurso estadual E.P. 2024.2.93.531-50 para Aquisição de Equipamentos para área Odontologia – Dep. Adilson Barroso;

III -) EXCESSO DE ARRECADAÇÃO a se verificar no presente exercício nos termos do artigo 3º, § 1º inciso II da Lei 4.320/64 no valor de até **R\$ 100.000,00** (cem mil reais), provenientes do recurso estadual – E.P. 2024.2.93.531-48 para Aquisição de medicamentos e material de consumo – Dep. Adilson Barroso;

IV -) EXCESSO DE ARRECADAÇÃO a se verificar no presente exercício nos termos do artigo 3º, § 1º inciso II da Lei 4.320/64 no valor de até **R\$ 2.000.000,00** (dois milhões de reais), provenientes do recurso estadual – E.P. 2024.2.93.531-44 para Aquisição de Equipamentos para Unidade Mista de Saúde – Dep. Adilson Barroso;

V -) EXCESSO DE ARRECADAÇÃO a se verificar no presente exercício nos termos do artigo 3º, § 1º inciso II da Lei 4.320/64 no valor de até **R\$ 3.600.000,00** (três milhões e seiscentos mil reais), provenientes do recurso federal – E.P. 2024.4290001 para Infraestrutura Urbana e Saneamento – Dep. Adilson Barroso;

VI -) EXCESSO DE ARRECADAÇÃO a se verificar no presente exercício nos termos do artigo 3º, § 1º inciso II da Lei 4.320/64 no valor de até **R\$ 275.000,00** (duzentos e setenta e cinco mil reais) – Tesouro;

VII -) ANULAÇÃO TOTAL/PARCIAL de dotação do orçamento vigente no valor de **R\$ 150.000,00** (cento e cinquenta mil reais), classificadas e codificadas sob nºs:

| Codificação | Categoria Econômica | Ficha | Valor R\$ | Objeto | Período |
|----------------------------|---------------------|-------|------------|---|----------------|
| 02.01.01.04.122.0003.2.003 | 3.1.90.11.00 | 17 | 50.000,00 | Venc. Vant. Fixas PC Gabinete do Prefeito | Exercício 2024 |
| 02.07.02.17.512.0020.2.020 | 3.1.90.13.00 | 328 | 100.000,00 | Obrigações Patronais Saneamento Geral | Exercício 2024 |
| Valor total das anulações | | | 150.000,00 | | |

Art. 2º Para os efeitos do que dispõe o artigo 165, I, II da Constituição Federal, que versa sobre as leis financeiras do Município, fica a Contadoria Municipal autorizada a



proceder à inclusão no respectivo projeto e nos anexos da Lei nº. 2.668 de 30/06/2021 que aprovou o PPA 2022_2025, Lei 2.868 de 15/12/2023 que alterou e a Lei nº. 2.847 de 11/10/2023, que estabeleceu as Diretrizes Orçamentárias relativamente ao exercício de 2024.

Art. 3º Tratando a presente lei de matéria financeira e de cunho autorizativo, suas aplicações, bem como a elaboração dos novos anexos ficam condicionadas à edição de decreto do Executivo, que deverá contemplar as devidas modificações no PPA e na LDO, bem como na peça orçamentária, nos termos do artigo 42 da lei Federal nº. 4320, de 17 de março de 1964, de forma a obedecer, dentro da atual conjuntura, a padronização estabelecida pelo Egrégio Tribunal de contas – **Projeto Audesp.**

Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, produzindo efeito na data de sua protocolização.

Art. 5º. Revogada as disposições em contrário.

Barrinha/SP


JOSÉ MARCOS MARTINS
Prefeito(a) Municipal